

**INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
COM DOENÇAS RENAIS**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIIS

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIIS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIIS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Contribuição do PIS - Pagamentos

O Poder Judiciário – Justiça Federal, emitiu a Sentença, declarando o direito da autora de não ser compelida a pagar a contribuição do PIS sobre o valor da folha de salários, já que imune, conforme previsão do artigo 195 da Constituição Federal. O Poder Judiciário reconheceu ainda, o direito da parte autora de restituir os valores indevidamente pagos, respeitada a prescrição quinquenal. Face à essa decisão, o ICRIM não efetuou os recolhimentos do PIS sobre folha de salários

Contribuição do PIS - Restituição

O Instituto de Apoio à Criança ao Adolescente com Doenças Renais é autora da Ação declaratória com repetição de indébito tributário, processo 5029501-92.2018.4.03.6100, com valor atribuído em R\$ 30.079, conforme posição da consultoria jurídica – Nogueira, Elias, Laskowski e Matias Advogados.

Em 21/07/2021 foi expedido o ofício ao gerente da agência 1181 da CEF, determinando a transferência de R\$ 24.383,54, devidamente atualizados, para a conta indicada pelo ICRIM.

A Instituição recebeu por meio de transferência no dia 08/09/2021 o valor de 24.731,32 da consultoria jurídica Dr. José Reinaldo Nogueira de Oliveira Junior.

Certificado CEBAS

O ICRIM não possui o certificado CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Essa certificação é requerida para o ICRIM usufruir da isenção da cota patronal do INSS. O último certificado obtido tinha validade até 27.12.2015. Porém a partir do período de 2016 até 2021, o ICRIM não recolheu o INSS da parte patronal. Essa posição gera incerteza sobre eventuais contingências previdenciárias que o ICRIM pode sofrer.

No entanto, houve a contratação da empresa LIMA E REIS - Sociedade de Advogados para análise e parecer ao disposto acima. Foi emitido parecer em 21/062021, orientando quanto aos procedimentos cabíveis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o



proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências d
- e auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2022.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Silvio de Jesus
Contador
CRC 1 SP 141.676/O-7

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIIS

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em Reais

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		334	356
Bancos – recursos sem restrição		11	11
Aplicações financeiras – recursos sem restrição	4	718.778	738.970
Estoques	5	6.982	5.820
Outros créditos	6	81.527	108.833
Total do circulante		807.632	853.990
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado – sem restrição	7	74.225	99.816
Total do ativo não circulante		74.225	99.816
TOTAL ATIVO		881.856	953.806

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIAS

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		18.791	69.224
Obrigações trabalhistas	8	73.387	47.920
Provisão de férias e encargos		51.363	42.402
Provisões para contingências	9	-	20.000
Obrigações tributárias		5.897	3.197
Outras obrigações	10	10.026	8.888
Total do passivo circulante		159.464	191.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		722.393	762.175
Total do patrimônio líquido		722.393	762.175
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		881.856	953.806

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIS

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em Reais

RECEITAS OPERACIONAIS	Nota Explicativa	2021	2020
Sem restrição			
Contribuições e doações	12	1.463.546	2.756.645
Despesas de captação	12	(339.648)	(333.903)
Subtotal	12	1.123.898	2.422.742
Receitas financeiras		28.694	29.146
Outras receitas		25.511	3.733
Trabalho voluntário	16	193.976	158.316
Total das receitas operacionais		1.372.079	2.613.937
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com programas de saúde			
Despesas com pessoal		(432.547)	(424.741)
Despesas administrativas e operacionais		(389.685)	(365.297)
Despesas Tributárias		(17.324)	(77.836)
Despesas Financeiras		(36.768)	(40.999)
Projetos de assist. à criança e ao adolescente		(341.561)	(405.601)
Trabalho voluntário	16	(193.976)	(158.316)
Doações ao Hospital Darcy Vargas		-	(449.946)
Total dos custos e despesas operacionais		(1.411.861)	(1.922.736)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(39.782)	691.201

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>70.974</u>	<u>-</u>	<u>70.974</u>
Resultado do exercício	-	691.201	691.201
Transferência do resultado – sem restrição	691.201	(691.201)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>762.175</u>	<u>-</u>	<u>762.175</u>
Resultado do exercício	-	(39.782)	(39.782)
Transferência do resultado – sem restrição	(39.782)	39.782	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>722.393</u>	<u>-</u>	<u>722.393</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIAS

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2021	2020
Resultado do exercício	(39.782)	691.201
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	25.591	19.611
Ajustes patrimoniais		
Redução (aumento) do ativo		
Estoques	(1.161)	272
Outros créditos	27.306	(75.971)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(50.434)	47.808
Obrigações trabalhistas	25.467	8.789
Provisão de férias e encargos	8.960	6.018
Provisões para contingências	(20.000)	20.000
Obrigações tributárias	2.700	594
Outras obrigações	1.138	4.184
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	(20.214)	722.506
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento do imobilizado	-	(117.951)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	-	(117.951)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(20.214)	604.555
Caixa e equivalentes no Início do Período	739.337	134.782
Caixa e equivalentes no Fim do Período	719.123	739.337
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(20.214)	604.555

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIS

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Apoio à Criança e ao Adolescente com Doenças Renais, ora denominado ICRIM, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a estrutura de uma associação sem fins econômicos, com autonomia política e financeira, de caráter assistencial, com duração por tempo indeterminado.

A associação tem como missão humanizar o tratamento de crianças e adolescentes com doenças renais e urológicas, por meio de atendimento biopsicossocial.

O ICRIM tem por objetivos:

- I) Administrar e manter a UNIDADE DE APOIO, oferecendo serviços de amparo e acolhimento temporário ou de longa duração, inclusive aos finais de semana, incluindo acomodação ao usuário e seu acompanhante, quando estes residirem em municípios distantes dos hospitais onde realizam o tratamento médico para as doenças renais e urológicas; alimentação, entre outros.
- II) Oferecer atendimentos psicológico, odontológico, serviço social e hospedagem, ofertando o necessário amparo às suas famílias, incluindo assistência e acompanhamento multidisciplinar, garantindo às crianças e adolescentes com doenças renais e urológicas, dentro das possibilidades físicas, humanas, materiais e financeiras da associação, assim como buscando parcerias públicas e privadas, na garantia do direito ao atendimento complementar ao tratamento médico, humanização e qualidade de vida.
- III) Propiciar o fornecimento de materiais hospitalares, medicamentos, suplementos nutricionais e complementos alimentares, adequados ao tratamento das doenças renais e urológicas.
- IV) Desenvolver projetos sociais que colaborem com a função protetiva da família e para o fortalecimento dos seus vínculos.
- V) Prestar orientação e dar encaminhamento que visem apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados.
- VI) Realizar ações sociais e culturais de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências as famílias atendidas.

Os usuários dos programas oferecidos pelo ICRIM são pessoas em estado de vulneração e risco pessoal e/ou social, assim definido pela Política Nacional de Assistência Social.

O ICRIM no atendimento de suas finalidades, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, de eficiência, não distinguindo raça, sexo, nacionalidade, classe social, credo e opção política.

A Entidade possui os seguintes títulos e certificados:

Certificado de Utilidade Pública Municipal: em 11 de outubro de 2000 o ICRIM obteve este certificado junto à prefeitura de São Paulo, sob o número 39936. Este título é renovado a cada três anos. Validade: 18/02/2022, em processo de renovação na Câmara Municipal de São Paulo.

Título de Utilidade Pública Federal: em 15 de maio de 2001 o ICRIM obteve este título junto ao Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Justiça, Coordenação de Títulos e Qualificação, publicado no Diário Oficial da União sob a portaria no. 432 de 14/05/2001. Título foi instinto.

Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA): sob o no. CMDCA/1857/14. Validade: 26/01/2023.

Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): Atestado de Registro R0403/2004 publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2004.

Registro no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), protocolo de inscrição 1745/2021 – aguardando análise.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS): No 0457/2004 publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2004. Validade: 27/12/2015. Em processo inicial para juntada de documentação necessária, para então, realizar a nova inscrição.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com norma ITG 2002 (R1), requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil de competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) haja evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Resolução CFC nº 1.296, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** referem-se às principais transações da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- **Atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos;
- **Atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

h) Renúncia Fiscal e Isenções Usufruídas

A Entidade considera como renúncia fiscal, as contribuições não pagas, de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS e a quota patronal do INSS. Os valores são calculados e contabilizados como se devido fossem demonstrados em compensação conforme permitido pela Resolução 1.409 – ITG 2002 (R1). Os valores estão representados na nota explicativa nº 15.

i) Trabalho Voluntário

Os trabalhos voluntários, suportados pelos termos de adesão do voluntariado são quantificados com base na atividade do voluntário, O volume mensal de horas e o custo hora calculado com base no salário vigente de mercado. O valor do trabalho voluntário é registrado mensalmente na receita e despesa, ou projeto, dependendo da área de atuação do voluntario, conforme nota explicativa nº 16.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – Recursos Sem Restrição

	2021	2020
Banco Itaú CDB	423	18.212
Banco Itaú compromissada	-	3.924
Banco Bradesco fundo DI	33.775	-
Banco Santander fundo de investimentos	684.579	716.834
Total	718.778	738.970

5. ESTOQUES

	2021	2020
Gêneros alimentícios	423	467
Medicamentos	4.677	3.603
Material hospitalar	463	1.750
Complemento Alimentar	60	-
Suplemento nutricional e complemento alimentar	1.359	-
Total	6.982	5.820

6. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Carteira futura	1.715	3.130
Outros créditos	79.812	105.703
Total	81.527	108.833

7. IMOBILIZADO

	Taxas Anuais Deprec %	2021			2020
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado líquido
Instalações	10%	14.379	(1.450)	12.929	14.379
Benfeitoria Imóveis de Terceiros	-	54.025	(20.257)	33.768	54.025
Móveis e utensílios	10%	3.110	(796)	2.313	3.110
Máquinas e Equipamentos	10%	28.302	(3.088)	25.214	28.302
Equipamentos de informática	20%	-	-	-	-
Total		99.816	(25.591)	74.225	99.816

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Salários a Pagar	32.911	29.975
FGTS a recolher	20.931	5.241
INSS a recolher	5.896	8.822
PIS sobre folha e Contribuição Sindical	-	195
Outras obrigações	13.649	3.687
Total	73.387	47.920

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas.

Há três tipos principais de estimativas:

- (a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Não há processos com estimativa de perda provável, portanto, não houve necessidade de constituir provisão.

Não há também, processos com estimativas de perda possível.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Contas de consumo a pagar	1.042	998
Serviços de terceiros a pagar – pessoa física	-	1.890
Aluguéis a pagar	8.984	6.000
Total	10.026	8.888

11. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

12. CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES

A entidade recebeu contribuições de pessoas físicas e pessoas jurídicas que são contabilizadas em receitas. Essas contribuições estão demonstradas da seguinte forma:

	2021	2020
Pessoa física	1.325.003	856.478
Pessoa Jurídica	58.620	384.677
Bazar	29.837	44.909
Doações de estoques	50.086	20.581
Doações Boticário Franchising Ltda	-	1.450.000
Subtotal	1.463.546	2.756.645
Despesas de captação	(339.648)	(333.903)
Total	1.123.898	2.422.742

13. COMPOSIÇÃO DAS GRATUIDADES

A Entidade possui projetos de captação de recursos. Os valores dessa captação foram de R\$ 1.463.546 (no período de 2021) e R\$ 2.756.645 (período de 2020) e despesas de R\$ 339.648 (no período de 2021) e R\$ 333.903 (período de 2020), representado recursos de captação no valor líquido de R\$ 1.123.898 (no período de 2021) e R\$ 2.422.742 (período de 2020).

Os projetos de atendimento à criança e ao adolescente com doenças renais são totalmente gratuitos, e estão assim demonstrados:

Período de 2021

	Atendimentos		Recursos – R\$	
	Quantidade	%	R\$	%
Despesas de recursos próprios Despesas de recursos governamentais Despesas de recursos de outros convênios	7.756	100%	1.411.861	100%
Total geral	7.756	100%	1.411.861	100%

Período de 2020

	Atendimentos		Recursos – R\$	
	Quantidade	%	R\$	%
Despesas de recursos próprios Despesas de recursos governamentais Despesas de recursos de outros convênios	5.281	100%	1.922.736	100%
Total geral	5.281	100%	1.922.736	100%

As atividades gratuitas contemplam o seguinte:

- a) Programa de apoio complementar ao tratamento médico no domicílio (medicamentos, suplementos nutricionais, complementos alimentares e materiais hospitalares).
- b) Assistência odontológica
- c) Serviço social
- d) Programa de cesta básica
- e) Atividades culturais e lazer
- f) Atividades de apoio à família
- g) Programa de apoio nutricional
- h) Assistência psicológica
- i) Casa de Apoio - (Projeto Hospedagem)

14. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Tendo em vista que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional – CTN.

15. RENÚNCIA FISCAL E ISENÇÕES USUFRUÍDAS

	2021	2020
INSS cota patronal	115.881	110.039
INSS RAT	11.588	10.539
INSS terceiros	33.605	30.563
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	460	148.800
Contribuição Social sobre Lucros	276	62.208
ISS	78.631	137.832
PIS sobre receitas	10.222	17.919
COFINS sobre receitas	47.179	82.699
Total	297.843	600.599

16. TRABALHO VOLUNTÁRIO

2021			
Atividades	Quantidades de Horas	Custo hora R\$	Custo Total R\$
Atividade de Apoio à Família	296	31	9.176
Bazar	350	48	16.800
Membros integrantes da administração	400	420	168.000
	1.046		193.976

2020			
Atividades	Quantidades de Horas	Custo hora R\$	Custo Total R\$
Atividade de Apoio à Família	12	31	372
Bazar	228	48	10.944
Membros integrantes da administração	350	420	147.000
	590		158.316

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos Superávits e Déficits, ocorridos. Os Recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado.

19. CONTRIBUIÇÃO DO PIS

Contribuição do PIS - Pagamentos

O Poder Judiciário – Justiça Federal, emitiu a Sentença, declarando o direito da autora de não ser compelida a pagar a contribuição do PIS sobre o valor da folha de salários, já que imune, conforme previsão do artigo 195 da Constituição Federal. O Poder Judiciário reconheceu ainda, o direito da parte autora de restituir os valores indevidamente pagos, respeitada a prescrição quinquenal. Face à essa decisão, o ICRIM não efetuou os recolhimentos do PIS sobre folha de salários

Contribuição do PIS - Restituição

O Instituto de Apoio à Criança ao Adolescente com Doenças Renais é autora da Ação declaratória com repetição de indébito tributário, processo 5029501-92.2018.4.03.6100, com valor atribuído em R\$ 30.079, conforme posição da consultoria jurídica – Nogueira, Elias, Laskowski e Matias Advogados.

Em 21/07/2021 foi expedido o ofício ao gerente da agência 1181 da CEF, determinando a transferência de R\$ 24.383,54, devidamente atualizados, para a conta indicada pelo ICRIM. A Instituição recebeu por meio de transferência no dia 08/09/2021 o valor de 24.731,32 da consultoria jurídica Dr. José Reinaldo Nogueira de Oliveira Junior.

20. CERTIFICAÇÃO CEBAS

O ICRIM não possui o certificado CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Essa certificação é requerida para o ICRIM usufruir da isenção da cota patronal do INSS. O último certificado obtido tinha validade até 27.12.2015. Porém a partir do período de 2016 até 2021, o ICRIM não recolheu o INSS da parte patronal. Essa posição gera incerteza sobre eventuais contingências previdenciárias que o ICRIM pode sofrer.

No entanto, houve a contratação da empresa LIMA E REIS - Sociedade de Advogados para análise e parecer ao disposto acima. Foi emitido parecer em 21/062021, orientando quanto aos procedimentos cabíveis.

21. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre os ativos.